

FAMÍLIA NO NEOLIBERALISMO E NAS SUAS ALIANÇAS NEOCONSERVADORAS

FAMILY IN NEOLIBERALISM AND ITS CONSERVATIVE ALLIANCES

LA FAMILIA EN EL NEOLIBERALISMO Y SUS ALIANZAS CONSERVADORAS

Rodrigo Augusto Tadeu Martins Leal da Silva¹

Resumo

O presente artigo tem por objetivo construir um diálogo entre as concepções historicizadas da família e do familismo no Serviço Social brasileiro e análises críticas contemporâneas do neoliberalismo, especificamente sob o viés de aprofundamento nas raízes históricas dos ideais neoliberais e da lógica gerencialista em voga. Para tanto, aproxima-se da crítica filosófica marxista feminista à captura de pautas e de lutas progressistas pelo que se denominou neoliberalismo progressista, inserindo-se no debate mais amplo da vertente de análises do neoliberalismo que problematiza sua implementação desde seus projetos teóricos até o chamado neoliberalismo real. Por meio de pesquisa bibliográfica orientada pelo materialismo histórico-dialético, situa-se a crítica atual ao familismo no âmbito conjuntural das alianças políticas de ocasião entre setores econômicos neoliberais e setores religiosos conservadores, as quais possibilitaram a ascensão e a operação de governos de extrema-direita pelo mundo, e, por conseguinte, amplificaram a culpabilização das famílias, as violações de direitos e a retirada do Estado da esfera das políticas públicas sociais.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Neoconservadorismo. Família.

Abstract

This article aims to build a dialogue between the historicized conceptions of the family and familism in Brazilian Social Service and contemporary critical analyzes of neoliberalism, specifically from the perspective of deepening the historical roots of neoliberal ideals and the managerial logic in vogue. To this end, it approaches the feminist Marxist philosophical critique of the capture of progressive agendas and struggles for what was called progressive neoliberalism, inserting itself in the broader debate of the analysis of neoliberalism that problematizes its implementation from its theoretical projects to the so-called real neoliberalism. Through bibliographical research guided by historical-dialectical materialism, the current criticism of familism is located within the conjunctural scope of occasional political alliances between neoliberal economic sectors and conservative religious sectors, which enabled the rise and operation of extreme governments. right around the world, and, consequently, amplified the blaming of families, violations of rights and the withdrawal of the State from the sphere of public social policies.

Keywords: Neoliberalism. Neoconservatism. Family.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo construir un diálogo entre las concepciones historizadas de familia y familismo en el Servicio Social brasileño y los análisis críticos contemporáneos del neoliberalismo, específicamente desde la perspectiva de profundizar las raíces históricas de los ideales neoliberales y la lógica gerencial en boga. Para ello, aborda la crítica filosófica feminista marxista a la captura de agendas y luchas progresistas por lo que se llamó neoliberalismo progresista, insertándose en el debate más amplio del análisis del neoliberalismo que problematiza su implementación desde sus proyectos teóricos hasta los llamados verdadero neoliberalismo. A través de una investigación bibliográfica guiada por el materialismo histórico-dialéctico, la crítica actual al familismo se ubica en el ámbito coyuntural de alianzas políticas ocasionales entre sectores económicos neoliberales y sectores religiosos conservadores, que permitieron el surgimiento y funcionamiento de gobiernos extremistas en todo el mundo. , en consecuencia, amplificó las culpabilizaciones a las familias, las violaciones de derechos y el retiro del

¹ Mestre (2019) e Doutorando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Pós-graduado em Serviço Social (lato sensu) pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (2015). Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (2012). Defensor Público no Estado de São Paulo. E-mail: ra.lealdasilva@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3757-2056>.

Estado del ámbito de las políticas públicas sociales.

Palabras clave: Neoliberalismo. Neoconservadurismo. Familia.

INTRODUÇÃO

O Serviço Social brasileiro vem construindo um acumulado de pesquisas críticas em relação ao avanço da agenda neoliberal no país e no mundo, destacando-se, principalmente, o esfacelamento da proteção social pelo desmonte de políticas públicas. Esse desmonte, como se vê, inscreve-se em uma conjuntura de responsabilização individualizadora das famílias, desamparadas numa conjuntura de crescente empobrecimento e concentração de capital, como já nos alertou em mais de oportunidade Yazbek (2012, 2014).

Simultaneamente, projetos políticos conservadores conseguiram chegar democraticamente ao poder, consubstanciando-se em governos de extrema-direita como na Argentina de Macri, no Brasil de Bolsonaro, nos Estados Unidos de Trump e na Hungria de Orbán. Trata-se, com efeito, não de uma coincidência, mas de uma ação e articulação internacionais de grupos e setores do espectro político conservador, como já nos alertou Elaine Behring (2021) quanto à participação de Steve Bannon, articulador de campanha de Trump, na eleição de Bolsonaro no Brasil.

Mesmo com as recentes derrotas eleitorais nas corridas presidenciais, a extrema-direita conseguiu expressiva votação legislativa, compondo blocos de oposição substanciais. O caso brasileiro, do atual terceiro mandato de Lula sob um Congresso assustadoramente conservador é grande reflexo disso, concretizando-se a tendência política identificada por Pereira (2018) do fortalecimento de bancadas conservadoras. No cenário pós-eleições de 2022, aponta-se que cerca de 40% dos parlamentares se inserem no campo conservador, destacando-se, inclusive, que aproximadamente um quarto do Congresso Nacional estaria alinhado a pautas morais de costumes e de defesa da família tradicional (Almeida, 2023).

Esse quadro conjuntural conservador, conforme recentes pesquisas de Vaggione, Machado e Biroli (2020), diz respeito às chamadas alianças políticas de ocasião entre setores da elite econômica preocupados na imposição da sua agenda neoliberal e setores conservadores que sustentam discursos moralizantes de ordem religiosa cristã. Trata-se de uma conjuntura sociopolítica mundial, incidente, também, em diferentes contextos: na América Latina, nos Estados Unidos e em países do continente europeu sob governos de extrema direita como a Hungria, há um padrão de discurso e de ação política que consiste na

confluência entre os discursos neoliberais e diversos discursos religiosos conservadores cristãos (Vaggione; Machado; Biroli, 2020).

Aprofundando-se a partir dessa conjuntura, pretende-se no presente artigo debater os papéis atribuídos às famílias em contextos de (des)proteção social e o chamado familismo em relação às particularidades históricas das alianças políticas de ocasião entre neoliberalismo e setores religiosos conservadores. Parte-se de uma pesquisa bibliográfica na direção de toda a potencialidade crítica e transformadora possível (Lima e Mito, 2007), metodologicamente construída a partir do materialismo histórico-dialético, articulando-se um objeto histórico com a sua respectiva consciência histórica conforme proposto por Minayo (2002).

Para tanto, dividiu-se o presente artigo em três partes. Na primeira, faz-se uma brevíssima e sintética revisão da família e do familismo dentro do acumulado teórico do Serviço Social brasileiro (Mito, 2010; Santos, 2017; Mito *et al.*, 2018, Silva e Teixeira, 2020). Na segunda parte, apresentam-se as análises críticas contemporâneas do neoliberalismo, sobretudo as contradições entre sua formulação teórica pelos economistas ortodoxos e pelos ordoliberais em relação à implementação da agenda política e econômica neoliberal – em especial suas profundas implicações como uma nova forma de racionalidade e de erosão da democracia (Brown, 2006, 2015, 2019; Dardot; Laval, 2016; Fraser, 2019; Chauí, 2020). Na terceira parte, avançando dentro da análise de conjuntura do neoliberalismo global e principalmente no Brasil, trazemos as análises a respeito das alianças políticas de ocasião firmadas entre setores econômicos neoliberais e conservadores religiosos. Na quarta e última parte apresentamos as conclusões, contextualizando a centralidade da família e o familismo na Assistência Social a partir do recrudescimento conservador identificado.

FAMILISMO: BREVÍSSIMA SÍNTESE

Segundo Mito *et al* (2018), o termo familismo ganhou espaço no debate brasileiro em diálogo com a produção teórica do sociólogo europeu Gøsta Esping-Andersen e suas considerações acerca do papel da família nas diferentes experiências históricas de *Welfare State*. Nessa perspectiva sociológica, trabalhou o dinamarquês a partir de tipologias de diferentes Estados de Bem-Estar para, assim, articular duas importantes categorias para o debate acerca dos graus de responsabilização da família no bojo das políticas de bem estar, sendo elas o familismo e, antagonicamente, a desfamiliarização. Sobre esta, inclusive, Silva e Teixeira (2020, p. 5) explanam que:

No familismo comum nos países do Sul da Europa (Itália, Portugal, Grécia e Espanha), mas também na América Latina, Japão e outros, em que a família é responsabilizada pela proteção de seus membros, devendo arcar com a sobrevivência, assistência, cuidados, socialização, dentre outras. O Estado, cuida das que faliram nessas funções e apresentam problemas diversos. A segunda, a desfamiliarização a família pode receber o subsídio do Estado, para realizar essas atividades ou contratar serviços privados ou conta com a oferta de serviços públicos de qualidade nas unidades públicas ou no domicílio, além de benefícios generosos para os membros familiares se tornarem independentes dos cuidados e serviços familiares, diminuindo sua carga, custos, reduzindo as rupturas de vínculos, como é o caso dos países do Norte da Europa, com políticas universalistas.

A família, portanto, ocupa historicamente espaço central na proteção social e nas políticas sociais no Brasil desde o seu nível jurídico-normativo até a dimensão operacional (Miotto *et al.*, 2018). Nesse sentido, Santos (2017, p. 391) nos recorda que, no processo sócio-histórico, político e jurídico de elaboração e promulgação da Constituição de 1988, deixou-se de conferir o devido espaço para a se gestar técnica e democraticamente no âmbito de uma comissão específica as disposições constitucionais sobre a Assistência Social. Esta, por sua vez, restou incluída “[...] no bojo das temáticas da família, infância, pessoas idosas e pessoas com deficiência [...]”, indicativo de uma peculiaridade brasileira pendente à perspectiva de centralidade na família: “[...] a responsabilidade de proteção social dos indivíduos e grupos vulnerabilizados é historicamente compartilhada entre o Estado e as famílias [...]”.

Partindo da historicidade das relações sociofamiliares, econômicas e políticas no Brasil – país periférico marcado por um processo de colonização exploratória e violenta – Miotto (2010, p. 169-170) elabora uma cristalina concepção do que seria o familismo:

A idéia central da proposta familista reside na afirmação da tradição secular que existem dois canais naturais para satisfação das necessidades dos indivíduos: a família e o mercado. Somente quando esses falham é que interferência pública deve acontecer e, de maneira transitória. Então a idéia que vem embutida no campo da incorporação da família na política social é a idéia de falência da família. Ou seja, a política pública acontece prioritariamente, de forma compensatória e temporária, em decorrência da sua falência no provimento de condições materiais e imateriais de sobrevivência, de suporte afetivo e de socialização de seus membros. Isso corresponde a uma menor provisão de bem-estar por parte do Estado.

Não obstante, as diferentes conjunturas econômicas e políticas implicarão distintos significados e papéis atribuídos à família e ao familismo desde o início da vigência da nova carta constitucional brasileira. Com a intensa adesão à agenda neoliberal no governo Collor e a conjuntura de agravada crise econômica do país, reduz-se a Assistência Social à órbita das medidas paliativas “[...] à desigualdade social ocasionada pelo grande capital e sua crise”, o que se agrava durante o governo FHC com as reformas do Estado, cortes ao orçamento destinado à Assistência Social e fomento expresso à filantropia e ao voluntariado pelo Programa Comunidade Solidária (Silva e Teixeira, 2017, p. 10).

Com os governos petistas de Lula e Dilma, segundo Silva e Teixeira (2017, p. 11), a adoção de um projeto identificado pelas autoras como neodesenvolvimentista e social-liberal, configura-se uma nova forma do neoliberalismo econômico pautada na “[...] existência de um mercado forte que possa desenvolver riquezas sociais e econômicas”, de maneira que não mais perdurará nas políticas a ideia de ser a família a única e exclusivamente responsável pelas provisões materiais de seus membros.

Como explica Silva (2017, p. 398):

[...] O familismo adentra o funcionamento das políticas sociais e metamorfoseia-se na formulação de suas bases. Familismo não é mais o oposto do Estado interventor, mas uma das condições de existência das políticas sociais contemporâneas no Estado capitalista. Do interior do funcionamento dessas políticas, de modo geral, e da assistência social, de modo particular, é que surgem os entrelaçamentos e as relações sutis, mas precisas, entre os entes responsáveis pela manutenção das ações de proteção social. O familismo deixa de ser o reflexo da ausência do Estado para se emoldurar em um prisma complexo de políticas sociais que dependem da presença da família. O familismo não é mais apenas um espírito conservador que orienta as políticas sociais; na verdade, ele emerge e se sustenta em um circuito complexo de avanços e retrocessos, na expansão da política de assistência social atual

Nesse contexto de ressignificação da categoria histórica do familismo surge, por exemplo, a Política Nacional de Assistência Social, a qual elenca como uma de suas diretrizes a matricialidade sociofamiliar (Silva e Teixeira, 2017; Miotto *et al.*, 2018). Com os governos Temer e Bolsonaro, entretanto, retoma-se um projeto neoliberal chamado por Silva e Teixeira (2017) de ortodoxo, à semelhança dos governos Collor e FHC, novamente com cortes orçamentários na Assistência Social e fragilização de políticas e direitos, como por exemplo nas restritivas mudanças normativas surgidas em 2018 quanto ao benefício de prestação continuada.

À guisa de conclusão desta brevíssima síntese do familismo e sua construção histórica, é importante frisar que se trata de uma categoria eminentemente histórica, forjada a partir dos próprios processos de formação de uma burguesia nacional e claramente ligada à necessidade desta de controlar e ordenar socialmente as famílias da classe trabalhadora, como explicam Miotto *et al.* (2018, p. 13):

Assim, a família constituiu-se como espaço estratégico, por meio do qual se pode universalizar novos valores sociais, buscando formar indivíduos individualizados, domesticados e colocados à disposição da cidade e da pátria. Assim, o Estado passa a ter maior importância que a família, porém um Estado apropriado pela família burguesa e ordenador das famílias trabalhadoras. Nesse sentido, merece destaque o papel articulador do Estado [...].

A burguesia no Brasil, conforme Fernandes (2020), é uma burguesia que se constrói sem grandes oposições à hierarquia subalterna da colônia em relação à metrópole,

despreocupada com a elaboração de um projeto de construção nacional concretamente independente. Nesse mesmo sentido, pode-se falar que o processo histórico de formação e de consolidação dessa burguesia nacional é, como tranquilamente se demonstrou pela sociologia nacional (Perlatto, 2014), o de uma classe muito mais interessada a processos de modernização conservadora do que disrupturas revolucionárias no sentido da construção de um projeto efetivamente independente, da construção de um país com economia e sociedade inovadoras em relação ao projeto colonial.

NEOLIBERALISMO: RACIONALIDADE E DESDEMOCRATIZAÇÃO

O neoliberalismo tem sido objeto de estudo nas mais diversas áreas do conhecimento, ensejando, inclusive, acalorados debates e substanciais divergências em âmbito científico e acadêmico. A recente ascensão de governos de extrema-direita ao redor do planeta trouxe a esses debates elementos de complexificação das análises, sobretudo pelas semelhanças desses governos e a possibilidade de não se tratar de uma coincidência histórica, mas de um fenômeno global mais articulado.

São governos eleitos democraticamente e que, em essência, expressam dois principais direcionamentos em termos de projeto político: de um lado, circundam-se em torno do ataque ao Estado de Bem-Estar Social, já implementado ou em implementação, operacionalizando a revogação de direitos e o desmantelamento de políticas e estruturas públicas nessa esfera sob paradigmas do dito Estado mínimo neoliberal; de, outro, contraditoriamente à mitologia desse mesmo Estado mínimo que em tese buscam implementar, promovem a ruptura com os paradigmas de laicidade e despendem de recursos na defesa de pautas morais conservadoras, com especial ênfase no ataque aos direitos de mulheres, LGBTQIA+, pessoas negras, povos originários e povos migrantes.

Nessa conjuntura, verifica-se que um dos elos de união mais fortes e importantes para as articulações internacionais da extrema-direita é o combate a todas as formas de vida e sociabilidade divergentes da sociabilidade burguesa centrada na família nuclear heterossexual, cisgênera, patriarcal, cristã, branca e nacional, como demonstraram Vaggione, Machado e Biroli (2020). Em cenários de pauperização extrema, desemprego, concentração recorde de renda e aumento da fome, governos como o dos Estados Unidos de Donald Trump, da Hungria de Viktor Orbán e do Brasil de Jair Bolsonaro situam o debate público em torno de uma defesa da família e da infância que nada tem a ver com o combate à fome e à miséria, o acesso à educação ou qualquer política social, mas sim com o que tratam como principais preocupações

nacionais: os banheiros unissex, o acesso de pessoas trans ao esporte e a instituições do Estado como as Forças Armadas, as leis que tolheriam a liberdade religiosa de setores evangélicos preocupados em incitar a violência contra LGBTQIA+ e religiões de matriz africana.

A aproximação entre neoliberalismo e autoritarismo no tocante a governos não é algo propriamente novo, haja vista a experiência histórica chilena do neoliberalismo chicogoano da ditadura Pinochet (Vidal; Brum, 2022). Da mesma forma, governos ligados ao conservadorismo moral religioso já existiam desde os primórdios do capitalismo, com a transição do modo de produção feudal por meio da acumulação primitiva (Marx, 2017).

Para compreender as particularidades conjunturais contemporâneas, adotamos a perspectiva historicizada da estadunidense Wendy Brown, bem como a profunda pesquisa histórica de seus interlocutores europeus Pierre Dardot e Christian Laval. Nessa direção, uma questão central para essas análises circunda o fenômeno da chamada *desdemocratização*, categoria proposta há quase vinte anos atrás no artigo *American nightmare: neoliberalism, neocoservatism and de-democratization* de Brown (2006), pela qual se identificou uma complexidade de imbricações entre a racionalidade neoliberal e o conservadorismo moralista religioso nos Estados Unidos e suas respectivas consequências para a democracia.

Brown (2006) destacou à época quatro aspectos da desdemocratização neoliberal: a desvalorização da autonomia política; a transformação dos problemas sociais em questões de mercado individualizadas; o assujeitamento do cidadão à governança e ao controle; e a prevalência do estatismo, compreendendo o Estado como gerencialista e empresarial. Esses efeitos seriam as condições necessárias para o estabelecimento de uma governança autoritária que, por sua vez, encontra na mobilização política do discurso religioso um importante catalisador.

Posteriormente, a autora reformula parte de suas análises em *Undoing the demos* (Brown, 2015) até chegar à sua obra mais recente e única por enquanto traduzida para o português, 'Nas ruínas do neoliberalismo' (Beown, 2019). Não obstante, mantém sua posição no sentido de que, quando nos reduzimos a meros ativos financeiros e incorporamos a lógica neoliberal de valorização e defesa intransigente da economia de mercado, deixamos de ocupar espaços políticos decisórios como povo democrático para cedê-los à tecnocracia economicista neoliberal (Brown, 2006, 2015).

O neoliberalismo – e este é um ponto central para a sua compreensão – é muito mais do que uma agenda econômica neoliberal, configurando-se como uma racionalidade que se espalha por todos os níveis e dimensões sociais possíveis, como demonstraram Dardot e Laval

(2016, p. 228) em uma extensa pesquisa histórica que partiu desde os primeiros debates teóricos que dariam ensejo ao neoliberalismo de hoje:

Na realidade, essas novas formas políticas exigem uma mudança muito maior do que uma simples restauração do “puro” capitalismo de antigamente e do liberalismo tradicional. Elas têm como principal característica o fato de alterar radicalmente o modo de exercício do poder governamental, assim como as referências doutrinárias no contexto de uma mudança das regras de funcionamento do capitalismo. Revelam uma subordinação a certo tipo de racionalidade política e social articulada à globalização e à financeirização do capitalismo. Em uma palavra, só há “grande virada” mediante a implantação geral de uma nova lógica normativa, capaz de incorporar e reorientar duradouramente políticas e comportamentos numa nova direção [...].

No mesmo sentido, como afirma Chauí (2020), tudo se torna empresa e passa a ser gerido e operado na lógica do máximo lucro, perdendo suas funções e sentidos que escapem à perversidade acumulativa do capitalismo neoliberal. Ou, como exemplifica Brown (2015), até as mais banais e cotidianas ações passam a ser pensadas sob a perspectiva da valorização financeira, uma equação que põe em termos o quanto uma instituição ou pessoa pode valer mais ao realizar atividades com a exclusiva finalidade de investimento.

Nesse sentido, conforme Brown (2015), todas as atividades possíveis da vida e do desenvolvimento humano passam a ser pensadas como investimentos individuais, sendo o grande exemplo dessa mudança a educação: não mais como forma de desenvolvimento humano individual e comunitário, a educação – em especial o ensino superior – passa a ser visto como um investimento feito na expectativa de gerar “lucros” individuais pela possibilidade de acesso a trabalhos melhor remunerados e, portanto, possibilidade também de valorização do “capital humano” sobre o qual se investiu.

O desmonte de políticas públicas, sobretudo das políticas sociais, é, assim, coerente com a lógica do “capital humano”, imbricado diretamente à despolitização social e aos objetivos neoliberais de transferência da competência do Estado à iniciativa privada do dever de execução dessas políticas – que deixam de ser, assim, políticas de direitos e passam a ser mercadorias comercializadas por empresas a partir de uma lógica gerencial estritamente economicista (Brown, 2015). As políticas sociais que sobrevivem à privatização são, por sua vez, focalizadas e orientadas quase que exclusivamente à distribuição de renda para que direitos e prestações materiais sejam acessadas no mercado (Fagnani, 2011). Resumem-se, ainda, apenas ao alívio da pobreza sem almejar sua superação, limitadas “aos mais pobres dos pobres, incapazes de competir no mercado” (Yazbek, 2012, p. 316) e carregam consigo uma forte cara de culpa da população usuária por sua própria condição pauperizada, enunciada como incapacidade de autodesenvolvimento e autogestão (Brown, 2015), chegando-se até

mesmo ao ponto de “uma cultura moralista e autoritária que culpa o pobre por sua pobreza” (Yazbek, 2012, p. 310).

É a partir de uma racionalidade economicista tecnocrática que a política democrática é esvaziada, política esta que sempre despertou forte ojeriza dos teóricos neoliberais, sobretudo Hayek (Dardot; Laval, 2016; Brown, 2019). Substituindo-se o cidadão pelo *homo oeconomicus*, por mais críticas que se deva ter aos limites e às contradições da noção de cidadania das democracias capitalistas, silenciam-se os debates sobre a coisa pública e o bem comum, subordinando-os à lógica de mercado. Assim, elimina-se “a ideia mesma de um povo, um *demos* que afirma sua soberania política coletiva”²; e, ainda, naturalizam-se as desigualdades, normalizadas e justificadas em termos de indivíduos mais ou menos fortes na concorrência de mercado (Brown, 2015).

É importante salientar que o Estado neoliberal é tudo menos um Estado mínimo como supostamente se anuncia. Com efeito, desde os primórdios do debate intelectual neoliberal nunca se cogitou propriamente do fim do Estado ou de sua redução a um pífio balcão de poucas funções essenciais, diferentemente da mitologia hoje em voga que é desmentida a todo tempo pela história (Dardot; Laval, 2016; Brown, 2019; Behring, 2021): uma economia neoliberal necessita de um Estado forte, ainda que assim não pareça, mas que dedique sua “força” (estruturas, aparatos, recursos materiais e humanos) a finalidades muito diversas daquelas do Bem Estar – e, como veremos em breve, dedicando-se principalmente à satisfação das demandas dos aliados mais estratégicos, como os setores cristãos conservadores.

Além de sempre, em alguma medida, o neoliberalismo ter sido idealizado em termos teóricos com a função importante do Estado de manter as condições de operação dos mercados (Dardot; Laval, 2016), o neoliberalismo real – o que foi efetivamente implementado, com suas peculiaridades políticas e sócio-históricas – não implicou Estados despolitizados e não conseguiu aniquilar por completo a democracia, a existência da sociedade e do bem comum (BROWN, 2019). Muito pelo contrário, o chamado neoliberalismo real necessitou e ainda necessita de elementos políticos para seu funcionamento, na contramão dos projetos ideais de neoliberalismo elaborados pelos economistas ortodoxos e até mesmo os projetos ordoliberais austríacos: governos de orientação neoliberal declarada se implementaram não de forma tecnocrática e despolitizada, mas, pelo contrário, marcados por fortes relações políticas entre setores conservadores, religiosos e até mesmo partidos e grupos de extrema-direita que

² Do original de Brown (2015, p. 90) na tradução em espanhol “[...] la idea misma de un Pueblo, un *demos* que afirma su soberanía política colectiva”.

sustentam projetos nacionalistas, xenofóbicos e antiglobalização. O neoliberalismo real, portanto, mostra-se muito contraditório ao seu projeto teórico ideal, suscitando estranhamentos e questionamentos:

[...] como, precisamente, a atração popular por homens fortes políticos e o clamor por Estados de lei-e-ordem nasceram de uma racionalidade que vê o poder político concentrado como o perigo supremo para o mercado e a liberdade? O crescente ultranacionalismo não sinaliza uma ruptura radical com o neoliberalismo? Não é por isso que tantos comentaristas viram no Brexit, na eleição de Trump e na ascensão da direita nacionalista na Europa a sentença de morte do neoliberalismo? E como encaixar a intensa polarização política de nossos tempos com uma racionalidade de governo antipolítica e antidemocrática? (Beown, 2019, p. 73).

Pode-se assim concluir, em consonância com Brown (2015), que o neoliberalismo “reduz de modo dramático a vida pública sem matar a política”³, ao mesmo tempo em que esvazia o Estado de qualquer atribuição ou competência protetiva social. Limita-se o Estado neoliberal ao papel de garantidor das condições de existência e de funcionamento do mercado, almejando exclusivamente ao crescimento econômico, a competitividade global e uma boa avaliação de crédito pelas famigeradas agências internacionais de *rating*. Dessa forma, quando o Estado é completamente reconfigurado e reorientado unicamente em termos de mercado, elimina-se da ordem do dia quaisquer preocupações com a justiça e a democracia.

NEOCONSERVADORISMO E AS ALIANÇAS POLÍTICAS DE OCASIÃO

Tem-se observado a aproximação de setores econômicos neoliberais com grupos religiosos conservadores e, também, com partidos de extrema-direita articulados em torno de pautas moralizantes e xenófobas significa a composição política de grupos historicamente distintos e com projetos políticos divergentes, em muitos aspectos eminentemente contraditórios (Brown, 2015). Pensando no próprio caso brasileiro, por exemplo, são evidentes as contradições de projetos políticos de diversos agentes que compuseram o alto escalão do governo Bolsonaro: de um lado, Paulo Guedes, representante da elite neoliberal financeirizada da Faria Lima, sustentava sua agenda de mutilação do Estado sob a imagem de um dito enxugamento da máquina pública para fins de eficiência; de outro, Damares Alves, atualmente senadora eleita, ocupou-se em aparelhar a estrutura ministerial que chefiava com lideranças religiosas radicalmente conservadoras e alinhadas a um projeto intervencionista de Estado controlador das sexualidades e da capacidade reprodutiva de mulheres.

³ Do original de Brown (2015, p. 90) na tradução em espanhol “[...] reduce de modo dramático la vida pública sin matar la política”.

Salta aos olhos, assim, um estranhamento decorrente da contradição de um projeto político de restrição neoliberal do Estado à manutenção do funcionamento do mercado em relação a um projeto evangelizador que depende de maior arrecadação para custeio do poder de polícia do Estado nas pautas moralizantes. Não obstante, o que explica esse estranhamento, porém, são as já mencionadas alianças políticas de ocasião, um fenômeno global que não se limitou, como escreveu a própria Brown (2019), à conjuntura política e econômica estadunidense.

Essas alianças foram objeto de pesquisa por Vaggione, Machado e Biroli (2020), que identificaram alianças políticas de ocasião entre setores da economia neoliberal e setores religiosos moralistas, ao que denominaram *neoconservadorismo*, denominação essa que destaca a peculiaridade do contexto histórico do neoliberalismo e das alianças firmadas no bojo das contradições entre neoliberalismo real e teórico. E é por meio dessas alianças que compõem o neoconservadorismo que se articulam violentos ataques aos direitos das mulheres e da população LGBTQIA+, decorrentes da pauta católica intransigente de oposição ao aborto e da pauta evangélica intransigente de combate à chamada “ideologia de gênero” (Vaggione; Machado; Biroli, 2020) – esta, cabe recordar, produto dos escritos teológicos de 1997 do católico Joseph Ratzinger, anteriormente a seu pontificado, em contraposição aos movimentos na ONU de incorporação das questões de gênero nas concepções de direitos humanos, em especial a Conferência Mundial de Beijing sobre a Mulher, organizada pela ONU em 1995, na qual se substituiu o termo “mulher” por “gênero” (Miskolci; Campana, 2017).

Nesse sentido, o neoconservadorismo concatenaria alguns valores compartilhados entre católicos e evangélicos, apesar de suas diferenças. Dessa forma, para que se firmem tais alianças é que se compatibilizam, por exemplo, a maior tolerância católica à homossexualidade ao absoluto rechaço evangélico às pautas LGBTQIA+ e os direitos pleiteados por essa população, do casamento à criminalização da homofobia; e, também, compatibilizando-se a questão do aborto, ponto intransigível de inadmissíveis exceções para católicos mas para a qual haveria alguma maior tolerabilidade pelos evangélicos (Vaggione; Machado; Biroli, 2020). A partir dessa primeira aliança dentro dos setores religiosos conservadores então, posteriormente e em bloco são travadas alianças de ocasião com setores econômicos que, a princípio, teriam interesses geneticamente divergentes, sobretudo no que diz respeito ao Estado mínimo (Vaggione; Machado; Biroli, 2020): para o neoliberalismo, o Estado deve intervir na sociedade apenas para garantir as condições de funcionamento do mercado; para os setores religiosos, o Estado deve ter firmes políticas moralizantes de suposta defesa da família, o que demanda arrecadação tributária e ampliação da máquina pública.

Partindo dos estudos de Brown (2015), Vaggione, Machado e Biroli (2020) olham para a América Latina e a chegada ao poder de projetos políticos de direita radical, como é o caso brasileiro a partir das eleições de 2018. Neles, enxergam semelhanças sócio-históricas e políticas que remontam, também, ao fenômeno estadunidense de fortalecimento do Partido Republicano e eleição presidencial de Donald Trump, identificando alianças de ocasião entre o neoliberalismo e setores religiosos conservadores católicos e evangélicos. Nesse sentido, propõem (Vaggione; Machado; Biroli, 2020) cinco dimensões de análise, sendo a primeira o próprio conceito de neoconservadorismo, sendo o principal traço de união entre esses dois grupos antes historicamente rivais na disputa por fiéis é a agenda antigênero e se contrapondo a direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e de pessoas LGBTQIA+.

A segunda dimensão apontada por Vaggione, Machado e Biroli (2020) é a da juridificação da moralidade, trazendo para o debate jurídico valores morais e religiosos de regulação da sexualidade. Da perspectiva católica, a juridificação teria raízes com o próprio jusnaturalismo e se intensificou no final dos anos 1990 como reação à crescente proteção dos direitos sexuais e reprodutivos em tratados e outros documentos jurídicos da ONU. Dessa forma, articulou-se uma resposta conservadora dentro do debate jurídico com discursos de defesa dos direitos humanos, destacando-se, por exemplo, a defesa de direitos humanos do nascituro contra o aborto e de crianças e adolescentes contra a banalização do divórcio. Já os pentecostais, reconhecidos como hegemônicos na América Latina, também se utilizam da chamada gramática dos direitos humanos para a defesa de suas posições morais e religiosas, direcionando, porém, todos os seus esforços jurídicos e políticos contra a dita “ideologia de gênero”.

A terceira dimensão apontada por Vaggione, Machado e Biroli (2020), inclusive, está diretamente ligada aos Poderes e à representatividade política: o neoconservadorismo se dá em contextos democráticos, valendo-se tanto da abertura política do debate público como dos sistemas pluripartidários. Destacam, ainda, que, a despeito de a maioria da literatura nas Ciências Sociais apontar unicamente para movimentos sociais, organizações e atores coletivos de esquerda nos contextos de redemocratização latino-americana, é certo que diversos atores e organizações conservadoras também passarão a ocupar espaços públicos e políticos, inclusive na perspectiva de disputa por projetos políticos e por quadros do Estado.

Todavia, essa operabilidade em contextos democráticas é, como apontam Vaggione, Machado e Biroli (2020), eminentemente contraditória, já que, na prática, os setores que compõem o chamado neoconservadorismo acabam por defender práticas iliberais, autoritárias e até mesmo contrárias à ciência, como por exemplo a censura de pautas e temas nos

ambientes escolares e a tenebrosa “cura gay”. Destacam, ainda, que a eleição em 2018 de um presidente, a seu sentir, de extrema direita e identificado com o neoconservadorismo foi responsável por um notável crescimento da ocupação de cargos públicos relevantes no Poder Executivo federal, muitas vezes ocupados diretamente por pastores e demais líderes religiosos (Vaggione; Machado; Biroli, 2020).

A quarta dimensão apontada diz respeito à transnacionalidade do neoconservadorismo, caracterizada principalmente por articulações e redes de entidades e organizações religiosas conservadoras como a Political Network for Values/Red Política por los Valores, com integrantes oriundos de vários lugares do planeta (Vaggione; Machado; Biroli, 2020). E, finalmente, a quinta dimensão elencada diz respeito à convergência entre neoconservadorismo e neoliberalismo no sentido de considerarem a família central às suas concepções de sociedade (Vaggione; Machado; Biroli, 2020). Em síntese, para Vaggione, Machado e Biroli (2020, p. 95) sua proposta em torno do conceito de neoconservadorismo é, tecnicamente, uma referência teórica para a concomitância das cinco dimensões desenvolvidas e acima mencionadas, reportando-se, em realidade, a

[...] alianças entre atores adversos; juridificação dos conflitos políticos de caráter moral; desenvolvimento em contexto liberal-democrático, mas participando, no início do século, de processos iliberais e de erosão das democracias; caráter transnacional; e relação com o neoliberalismo, sobretudo na perspectiva da responsabilização das famílias em meio a processos amplos de privatização e mercantilização.

Cumprir observar, ainda, o caráter transnacional desse chamado neoconservadorismo por uma perspectiva de captura neoliberal do debate público e da política eleitoral. Isso porque o neoliberalismo consegue, ao mesmo tempo, aliar-se ao neoconservadorismo e a pautas e movimentos progressistas, os quais fetichiza como mercadorias. Como elucida Nancy Fraser (2021), o chamado “neoliberalismo progressista” foi um fenômeno evidente nos Estados Unidos de Clinton e de Obama, mas que, como categoria, aplica-se também aos demais países inseridos no capitalismo global, como o Brasil. Segundo a estadunidense (FRASER, 2021, p. 39), trata-se de uma

[...] aliança real e poderosa de dois companheiros improváveis: por um lado, as principais correntes liberais dos novos movimentos sociais (feminismo, antirracismo, multiculturalismo, ambientalismo e ativismo pelos direitos LGBTQ+); por outro lado, os setores mais dinâmicos, de ponta, “simbólicos” e financeiros da economia dos EUA (Wall Street, Vale do Silício e Hollywood) [...].

A eleição de Trump, em sua perspectiva, liga-se diretamente ao fato de que a acelerada financeirização e globalização econômicas estadunidenses, aliada à sua desindustrialização, gerou uma espécie de vácuo decorrente da ausência de representatividade da classe

trabalhadora pelos dois blocos (neoliberalismos progressista e reacionário) que não foi devidamente preenchido por projetos políticos criticamente antineoliberais. Consolidou-se, assim, um vácuo pela manutenção das políticas neoliberais pelos mandatos de Obama, o qual não restou preenchido nem por um projeto à esquerda como do democrata Bernie Sanders de um “populismo progressista” e nem por um projeto popular como o que se esboçou nas manifestações do movimento Occupy Wall Street (Fraser, 2021).

Foram as condições, portanto, para que emergisse a figura de Donald Trump, um político supostamente antineoliberal e comprometido com um viés estritamente conservador, de um “populismo reacionário” (Fraser, 2021). Não obstante, Trump em nada se mostrou um antineoliberal: “[...] ativou a velha tática comercial fraudulenta de ‘estelionato eleitoral’, abandonando as políticas distributivas populistas prometidas em sua campanha” (Fraser, 2021, p. 53), tentando manter agarrado seu eleitorado por vociferantes discursos nacionalistas, xenófobos e discriminatórios.

Se retirarmos os nomes dos personagens envolvidos, as análises de Fraser (2021) pareceriam relatar os últimos vinte anos de política pós-redemocratização no Brasil, em especial o processo eleitoral de 2018, no qual uma figura política caricata, agressivamente verborrágica e articulada em torno de um discurso vago de mudança “do que está aí” chegou ao Palácio do Planalto. Tanto lá como aqui, as promessas de mudança e de moralização rapidamente foram substituídas por ações contraditórias e, em certa medida, um “estelionato eleitoral”: o radical discurso de combate à corrupção deu lugar a escândalos de corrupção; as promessas de melhoria econômica nacional e para a população como um tudo se esvaíram com resultados desastrosos em termos de câmbio, inflação e geração de empregos; uma crescente histeria conservadora que, ao mesmo tempo que desvia a atenção dos fracassos políticos, sociais e econômicos, justifica o desmonte de setores como meio-ambiente, cultura e direitos humanos, transferindo-se seus recursos ao agronegócio e outros aliados políticos.

Em essência, o processo político que vimos desde as eleições de 2018 é extremamente semelhante ao processo estadunidense trumpista, bem como outras guinadas neoconservadoras, como na Hungria de Viktor Orbán. É, portanto, um fenômeno global, inclusive com interconexões dos mesmos agentes envolvidos, como foi o caso do envolvimento do articulador da campanha de Trump nos EUA, Steve Bannon, com as eleições brasileiras de 2018 e com o candidato vencedor (Behring, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conjuntura de um neoliberalismo extrapola a já nefasta órbita de uma política econômica e se configura como uma verdadeira racionalidade alastrada pelas relações sociais. Nesse sentido, o desmantelamento e a setorização das políticas sociais são dupla ameaça aos direitos formalmente garantidos: além do próprio vilipêndio às políticas socialmente conquistadas como formas de efetivação de direitos sociais pelo Estado, a imposição de uma perversa racionalidade gerencial traz implicações ao próprio cotidiano do trabalho com famílias.

O familismo, para além de suas contradições históricas, ao ser operado sob uma racionalidade neoliberal economicista implica uma desproteção social muito mais devastadora, além das suas raízes formativas de controle da classe trabalhadora pela figura da família nuclear burguesa. Agrava-se, assim, a pauperização ao converter essa figura idealizada no refinamento perverso dos ativos financeiros: a lógica do investimento e do gerencialismo empreendedor até mesmo no nível das famílias justifica e agudiza a retirada do Estado dessa esfera, reinscrevendo as políticas sociais em uma perspectiva de expectativa de retorno financeiro desses investimentos. Trata-se, por conseguinte, de uma argumentação neoliberal que, levada ao extremo, também justificaria a abstenção de qualquer investimento social nas famílias que não apresentarem perspectivas de retorno.

A atribuição de papel protetivo e a responsabilização pelo fracasso social à luz de uma perspectiva gerencialista está se mostrando muito mais violenta e contrária à ideia constitucional de proteção social do que antes: a família nuclear burguesa, além de um ideal imposto e manejado pelas marcas do familismo no trabalho social da Assistência, agora é uma empresa que pode tanto operar com margens de lucro como, também, falir em decorrência de má gestão. A família, então, passa a ocupar uma centralidade distorcida, carregada de uma culpa punível pela má gestão balizada a partir da meritocracia gerencial – que, aliás, operará como mito fundante neoliberal nas mais diferentes esferas, inclusive na própria autonomia e liberdade individuais.

As empresas em uma política neoliberal não são, geralmente, ajudadas ou socorridas quando em risco por seus erros de gestão, estando sujeitas ao próprio funcionamento do mercado. Somente quando as empresas apresentam riscos sistêmicos a todo o funcionamento do mercado é que se justificaria a intervenção do Estado neoliberal. Por essa mesma lógica, famílias consideradas mal geridas, já que não apresentam qualquer risco sistêmico, são indignas de intervenções estatais, devendo se sujeitar aos movimentos supostamente naturais de mercado capitalista e, portanto, falir. E as consequências dessa falência familiar são evidentes: maior pauperização, violação de direitos, aviltamento da dignidade humana constitucionalmente garantida.

Ademais, a captura de pautas progressistas e de movimentos sociais, reduzidos ao nível da mercadoria pelo chamado neoliberalismo progressista, vulnerabilizou ainda mais as condições de (des)proteção social das famílias. Isso porque, ao mesmo tempo em que o neoliberalismo progressista colocou sob questionamento a família nuclear burguesa a partir de questões feministas de gênero e sexualidade, ele não rompeu com a lógica gerencial e a dita nova razão do mundo, mas ampliou o número de atores sujeitos ao julgamento meritocrático da boa ou má gestão dos ativos humanos.

Na perspectiva de luta e garantia de direitos humanos, essa dessacralização da família nuclear burguesa não deixa de ter uma dimensão positiva, mas, infelizmente, não se pode chamar de uma verdadeira emancipação, já que atravessada ainda por questões de classe agravadas pela racionalidade neoliberal. E, pior, quando chegam ao poder grupos e projetos políticos de extrema-direita, as novas alianças tecidas se fortalecem pela continuidade da culpabilização da família, recrudescida por valores morais religiosos e pela ruptura com o reconhecimento da diversidade e da pluralidade. Por tais razões, é urgente o desenvolvimento cada vez maior de compreensões críticas dessa conjuntura capitalista que é conservadora e, ao mesmo tempo, contraditória.

O gerencialismo, portanto, é o grande perigo de um familismo neoliberal, que justifica a urgência de uma resposta teórico-metodológica e técnico-operativa na esfera do trabalho social com famílias tanto nos contextos conservadores e reacionários como do hoje inelegível ex-presidente do Brasil, bem como em momentos de retomada das perspectivas progressistas. Sem que haja um aprofundado e crítico estudo do neoliberalismo real e de suas implicações práticas, não será possível formular respostas e resistências que lhe façam frente e que possibilitem, concretamente, o rechaço ao pensamento familista e sua expressão contemporânea sob a lógica gerencialista das famílias bem e mal geridas – ou, como se poderia sintetizar, dos direitos humanos para os humanos com famílias direitas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Daniela. CIPRIANI, Juliana. Perfil mais conservador do Congresso pode impactar pautas feministas. **Agência Brasil**, Brasília, 08 de março de 2023. Disponível em: [https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-03/perfil-mais-conservador-do-congresso-pode-impactar-pautas-feministas#:~:text=S%C3%A3o%20eles%3A%20armamentista%20\(pouco%20mais,conservadores%20\(mais%20de%2040%25\)](https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-03/perfil-mais-conservador-do-congresso-pode-impactar-pautas-feministas#:~:text=S%C3%A3o%20eles%3A%20armamentista%20(pouco%20mais,conservadores%20(mais%20de%2040%25).)). Acesso em: 29 de agosto de 2023.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez, 2021.

BROWN, Wendy. American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization. *In: Political Theory*, California, v. 36, n. 6, p. 670-714, dez 2006. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20452506>. Acesso em: 29 de agosto de 2023.

BROWN, Wendy. **El pueblo sin atributos: la secreta revolución del neoliberalismo** [livro eletrônico]. Tradução [para o espanhol] de Víctor Altamirano. Barcelona: Malpaso Ediciones, 2015.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. Tradução de Mario Antunes Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BULLIO, Olívia; FERRARA, Daniel Nicolau; CUNHA, Patrícia; CARVALHO, Carlos Eduardo. A atuação do Fed antes e depois do estouro da bolha imobiliária: discricionariedade e mandato de bancos centrais em contexto de desregulamentação financeira. *In: Economia e Sociedade*, Campinas, vol. 20, nº 2, p. 329-364, ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/CMCWqrDWHnQPYPQBC9TB9Jn/?lang=pt#>. Acesso em: 29 de agosto de 2023.

CHAUÍ, Marilena. O totalitarismo neoliberal. *In: Anacronismo e Irrupción*, Buenos Aires, vol. 10, nº 18, maio-outubro de 2020. Disponível em: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/anacronismo/article/view/5434>. Acesso em: 29 de agosto de 2023

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal** [livro eletrônico]. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

FAGNANI, Eduardo. **Análises e propostas nº 42 – Seguridade Social: a experiência brasileira e o debate internacional**. Friedrich Ebert Stiftung, 2011.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica** [livro eletrônico]. São Paulo: Contracorrente, 2020.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *In: Katálisis*, Florianópolis, vol. 10, nº especial, p. 37-45, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvvhc8RR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 de agosto de 2023.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política – Livro I: o processo de produção do capital**. 2ª ed. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. *In: Serviço Social em Revista*, Londrina, vol. 12, nº 02, p. 136-176, jan./jun. de 2010. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/7584/6835%20;%20http://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22530/15027>. Acesso em: 29 de agosto de 2023.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; NUNES, Renata; MORAES, Patricia Macarini; HORTS, Claudio Henrique Miranda. O familismo na política social: aproximações com as bases da formação sócio-histórica brasileira. *In: Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço*

Social, Vitória, vol. 1, nº1, 2018. Disponível em:
<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22530>. Acesso em: 29 de agosto de 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Capítulo I – Ciência, Técnica e Arte: o Desafio da Pesquisa Social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21ª ed. p. 09-30. Petrópolis: Vozes, 2002.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. Oportunidades políticas em um presidencialismo de coalizão. *In*: **Lua Nova**, São Paulo, nº 105, p. 217-252, 2018. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ln/a/Z75FRMXQ4kVQwBq8HSRpicG/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 29 de agosto de 2023.

PERLATTO, Fernando. Interpretando a modernização conservadora: a imaginação sociológica brasileira em tempos difíceis. *In*: **Revista Estudos Políticos**, Niterói, vol. 5, nº 10, p. 461-481, 2014/02. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/38909. Acesso em: 29 de agosto de 2023.

SANTOS, Wederson Rufino dos. O circuito familista na Política de Assistência Social. *In*: **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 388 - 402, ago./dez. 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/24250>. Acesso em: 29 de agosto de 2023.

SILVA, Rosa Neide Lopes Monteiro da; TEIXEIRA, Solange Maria. Política de assistência social: entre o familismo e a desfamilização. *In*: **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 20, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/13115>. Acesso em: 29 de agosto de 2023.

VIDAL, Camila Felix; BRUM, Luan Correa. Internacionalização e construção do ideário neoliberal no Brasil: os casos do Instituto Liberal do Rio de Janeiro e Instituto de Estudos Empresariais do Rio Grande do Sul. *In*: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, vol. 30, 2022. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/vmLnv7xHMhcRDPkb3BX5trN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 de agosto de 2023.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012. Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n110/a05n110.pdf>. Acesso em: 29 de agosto de 2023.

YAZBEK, Maria Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014. Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/05.pdf>. Acesso em: 29 de agosto de 2023.